

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.424.735.055,60	7.845.108,03
Pessoal Ativo	5.046.225.070,37	5.741.809,40
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.169.361.614,04	719.096,29
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	209.148.371,19	1.384.202,34
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.247.229.793,61	1.032.364,01
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.230.321,95	5.569,89
Decorrentes de Decisão Judicial	227.023.693,65	618.135,36
Despesas de Exercícios Anteriores	234.018.599,35	305.888,67
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	779.957.178,66	102.770,09
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.177.505.261,99	6.812.744,02
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		6.184.318.006,01

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)	11.798.288.649,28
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	52,42%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00%	7.078.973.189,57
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57,00%	6.725.024.530,09
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	6.371.075.870,61

FONTE: SIAFEM/SIGEFES/GECOG/GEFIN/SEFAZ

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R\$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	3.449.926,15
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	121.079,63
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	2.419.029,49
TOTAL	5.990.035,27

3 - Na linha "Pessoal Inativos e Pensionistas" está sendo considerado o valor referente à contribuição complementar para cobertura do déficit financeiro do RPPS do **Poder Executivo (ND 319113-3647)** - colunas "Liquidadas (a)" e "Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)".

4 - O demonstrativo não contempla o adiantamento concedido pelo Poder Executivo à Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) no montante de R\$ 20.000.000,00 (natureza da despesa 319007-4542). Tal montante será computado na despesa total com pessoal no período de compensação das contribuições patronais do Poder Executivo de que trata o § 2º da Lei Complementar Estadual 711/2013, à medida ocorrência do fato gerador mediante o princípio da competência nos termos do art. 31 da LC nº 711/2013.

5 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

6 - Em observância ao princípio da precedência da essência sobre a forma, na linha "Pessoal Ativo" está sendo computado o valor de R\$ 36.142,64 referente a contabilizações indevidas realizadas no SIGEFES pelo FES, na ND 319007, por meio dos documentos 2014NL19782 e da 2014NL 20399. Tal valor não corresponde a adiantamento concedido à PREVES, mas sim a pagamento de contribuição previdenciária, devendo, portanto, compor a despesa total com pessoal.

7 - Com base em orientação emanada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o montante de R\$ 1.309.624.750,20 referente aos inativos e pensionistas custeados com recursos da contribuição complementar para cobertura do déficit financeiro RPPS não está sendo considerado como recurso vinculado ao RPPS, não sendo, portanto, computado na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados". Tal montante está sendo considerado na linha "Inativos e Pensionistas" por meio da Natureza de Despesa 319113-3647 - conforme Nota Explicativa 3.

8- Para fins de consolidação do Demonstrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJEES) foram efetuados os seguintes ajustes em relação ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal referente ao 3º quadrimestre de 2014 publicado pelo Poder Judiciário:

- Na linha "Pessoal Ativo" não foi computado o valor de R\$ 6.084,94 registrado na natureza de despesa 319016 - 3893: Ajuda de Custo/RPPS por referir-se a despesa indenizatória.
- Na linha Indenizações por "Demissão e incentivos à Demissão Voluntária", no presente demonstrativo, está sendo computado o valor de R\$ 7.392,06 registrado na natureza de despesa 319094-2298: Indenizações Trabalhistas Pessoal Civil.

9 - O Demonstrativo da Despesa com Pessoal referente ao 3º quadrimestre de 2014 publicado pelo Poder Judiciário na linha "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)" apresenta a diferença de R\$ 786,12 em relação ao montante registrado na natureza de despesa 339034. Tal diferença foi mantida no presente demonstrativo em virtude de tratar-se de ajustes orçamentários realizados pelo Poder Judiciário na conta contábil "332410100 - Substituição de Mão de Obra".

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2014 A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.253.617.774,31	6.210.983,05
Pessoal Ativo	3.884.586.216,46	4.974.920,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.163.211.940,78	719.096,29
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	205.819.617,07	516.966,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.147.147.248,43	1.032.364,01
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.222.929,89	5.569,89
Decorrentes de Decisão Judicial	227.023.693,65	618.135,36
Despesas de Exercícios Anteriores	133.943.446,23	305.888,67
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	779.957.178,66	102.770,09
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.106.470.525,88	5.178.619,04
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		5.111.649.144,92

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)	11.798.288.649,28
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,33%
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.781.161.438,15
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.492.103.366,24
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%	5.203.045.294,33

FONTE: SIAFEM/SIGEFES/GECOG/GEFIN/SEFAZ

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R\$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	3.443.841,21
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	121.079,63
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	2.419.029,49
TOTAL	5.983.950,33

3 - Na linha "Pessoal Inativos e Pensionistas" está sendo considerado o valor referente à contribuição complementar para cobertura do déficit financeiro do RPPS do Poder Executivo - colunas "Liquidadas (a)" e "Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)".

4 - O demonstrativo não contempla o adiantamento concedido pelo Poder Executivo à Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) no montante de R\$ 20.000.000,00 (natureza da despesa 319007-4542). Tal montante será computado na despesa total com pessoal no período de compensação das contribuições patronais do Poder Executivo de que trata o § 2º da Lei Complementar Estadual 711/2013, à medida ocorrência do fato gerador mediante o princípio da competência nos termos do art. 31 da LC nº 711/2013.

5 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

6 -Em observância ao princípio da precedência da essência sobre a forma, na linha "Pessoal Ativo" está sendo computado o valor de R\$ 36.142,64 referente a contabilizações indevidas realizadas no SIGEFES pelo FES, na ND 319007, por meio dos documentos 2014NL19782 e da 2014NL 20399. Tal valor não corresponde a adiantamento concedido à PREVES, mas sim a pagamento de contribuição previdenciária, devendo, portanto, compor a despesa total com pessoal.

7 - Com base em orientação emanada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o montante de R\$ 1.309.624.750,20 referente aos inativos e pensionistas custeados com recursos da contribuição complementar para cobertura do déficit financeiro RPPS não está sendo considerado como recurso vinculado ao RPPS, não sendo, portanto, computado na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados". Tal montante está sendo considerado na linha "Inativos e Pensionistas" por meio da Natureza de Despesa 319113-3647.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014			REPUBLIÇÃO*
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.938.302.010,88	6.228.525.964,45	6.313.430.047,74	6.062.940.472,16	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	4.979.719.230,60	5.272.279.176,93	5.491.416.667,22	5.792.841.476,83	
Interna	4.484.811.618,51	4.783.283.504,33	4.978.286.611,23	5.073.833.659,88	
Externa	494.907.612,09	488.995.672,60	513.130.055,99	719.007.816,95	
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	654.699.022,74	654.699.022,74	654.699.022,74	90.926.187,62	
Outras Dívidas	303.883.757,54	301.547.764,78	167.314.357,78	179.172.807,71	
DEDUÇÕES (II)	3.355.859.093,82	3.819.966.404,78	3.648.460.576,57	2.880.619.360,28	
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.810.497.125,25	2.985.988.714,38	2.793.004.580,05	2.247.538.928,16	
Demais Haveres Financeiros	755.684.387,44	909.818.186,31	914.923.526,90	873.703.935,25	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	210.322.418,87	75.840.495,91	59.467.530,36	240.623.503,13	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.582.442.917,06	2.408.559.559,67	2.664.969.471,17	3.182.321.111,88	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.561.113.114,83	11.113.552.702,67	11.545.498.467,63	11.798.288.649,28	
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	56,23%	56,04%	54,68%	51,39%	
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	24,45%	21,67%	23,08%	26,97%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO FEDERAL - 200%	21.122.226.229,66	22.227.105.405,34	23.090.996.935,26	23.596.577.298,56	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	19.010.003.606,89	20.004.394.864,81	20.781.897.241,73	21.236.919.568,70	

DETAΛHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	4.979.719.230,60	5.272.279.176,93	5.491.416.667,22	5.792.841.476,83
DÍVIDA DE PPP (V)	-	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	424.072.411,61	397.359.552,04	389.127.112,91	397.164.914,45
De Tributos	5.991.402,23	5.587.000,28	4.185.014,68	2.490.280,42
De Contribuições Sociais	418.081.009,38	391.772.551,76	384.942.098,23	394.674.654,03
Previdenciárias	22.324.561,70	2.781.171,56	2.715.785,52	2.141.241,42
PIS/PASEP	395.756.447,68	388.991.380,20	382.226.312,71	392.533.412,61
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição não Financeira	-	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	4.555.646.818,99	4.874.919.624,89	5.102.289.554,31	5.395.676.562,38
Internas	4.060.739.206,90	4.385.923.952,29	4.589.159.498,32	4.676.668.745,43
Caixa Econômica Federal - CEF	339.899.227,20	407.231.109,74	407.076.311,26	425.766.552,08
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	1.555.571.351,87	1.792.253.576,13	2.026.563.516,36	2.099.718.558,15
União	1.965.061.354,15	1.991.548.941,93	1.974.268.341,72	1.980.461.699,79
Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES	200.207.273,68	194.890.324,49	181.251.328,98	170.721.935,41
Externas	494.907.612,09	488.995.672,60	513.130.055,99	719.007.816,95
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	287.123.208,56	293.624.166,20	320.806.085,47	498.409.609,80
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD	207.784.403,53	195.371.506,40	192.323.970,52	220.598.207,15
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	-	-	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	179.591.552,63	179.591.552,63	179.591.552,63	97.640.690,18
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	365.536.222,19	432.984.850,89	434.052.254,32	414.336.832,35
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	549.828.093,19	167.165.177,84	84.334.233,76	276.176.946,93
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	749.688.599,18	748.838.886,71	747.767.504,55	952.430.729,09
Passivo Atuarial	682.529.457,08	682.529.457,08	682.529.457,08	892.019.610,42
Demais Dívidas	67.169.142,10	66.309.429,63	65.238.047,47	60.411.118,67
DEDUÇÕES (X)	1.036.007.600,44	1.166.609.145,90	1.338.071.894,77	1.431.485.463,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	236.616.440,33	313.222.067,66	836.556,72	647.428,22
Investimentos	799.164.654,84	802.310.665,37	1.293.230.640,95	1.429.703.114,15
Demais Haveres Financeiros	355.641,09	51.147.891,64	44.078.486,40	1.303.965,32
(-) Restos a Pagar Processados	129.135,82	71.478,77	73.789,30	169.044,31
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	5.872.212,18	28.313.674,44	29.213.074,60	6.892.848,78
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(286.309.001,26)	(417.770.259,19)	(590.304.390,22)	(479.054.734,29)

FONTE: SIGEFES/GECON/GEPOF/SEFAZ

* A presente republição não acarreta alterações nos resultados fiscais.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público;

2 - Em virtude de divergências nas consolidações contábeis referentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo a coluna "Saldo do Exercício Anterior" está demonstrando os saldos iniciais do exercício de 2014 constantes no SIGEFES.

3 - A diferença de R\$ 259.256.423,51 na linha "Outras Dívidas" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" em relação ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao 3º Quadrimestre de 2013 é em virtude do cômputo das contas contábeis 211110201 - Salários, Remunerações e Benefícios de Exercícios Anteriores R\$ 230.886.225,73 e 211439801 - Outros Encargos do Exercício R\$ 28.370.197,78 no presente Demonstrativo.

4 - Na Disponibilidade de Caixa Bruta não estão sendo considerados os valores referente às cauções e outros valores passíveis de restituição.

5 - O saldo da disponibilidade de Caixa Bruta da Dívida Consolidada do Exercício Anterior difere em R\$ 105.706.918,33 do valor constante no Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida do 3º Quadrimestre de 2013 em virtude de não estar sendo considerado no presente demonstrativo a conta contábil 113510700 UG 700101 - R\$ 105.630.607,38 e divergências ocorridas na consolidação das cauções do Tribunal de Justiça no montante de R\$ 76.310,95, regularizadas no saldo inicial de 2014.

6 - Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 - Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo.

7 - Em virtude do Princípio da Prudência, para cálculo dos "Demais Haveres Financeiros" não está sendo considerado o montante de R\$ 79.704.885,19 registrado na conta contábil 113110700 em 31/12/2014 (Adiantamentos de Precatórios), por se referirem a valores que foram repassados ao Tribunal de Justiça do Estado para pagamentos de precatórios na forma da EC 62/2009. Tais valores ainda não foram informados pelo TJES como efetivamente pagos aos credores e com a devida identificação do processo de precatório, se anterior ou posterior a 05/05/2000, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Parecer Técnico GECON/SEFAZ 001/2011.

8 - A diferença de R\$ 7.779.940,40 na linha "Demais Haveres Financeiros" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" da Dívida Consolidada em relação ao constante no demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao 3º quadrimestre de 2013, refere-se aos seguintes:

a) Inclusão da conta contábeis 113812700 - Agente Financeiro - Exceto Incentivos Fiscais R\$ 16.526.262,02 e 113410101 - Pagamentos Indevidos R\$ 109.379,38;

b) Divergência de consolidação de valores do TJES, corrigida no saldo inicial de 2014, na conta contábil 113819900 R\$ 9.423,63;

c) Exclusão das contas contábeis 121219802 - Créditos a Receber por Cessão de Créditos R\$ 17.887.835,12; 121219810 - Adiantamento PASEP R\$ 5.193.266,14; 121219899 - Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo R\$ 529,36 - 113510300 - Mandatos de Sequestro Aguardando Regularização R\$190.380,26 - 113510500 - Depósitos para Recursos - Saldo Siafem R\$15.000,00 e 113511000 - Depósitos Judiciais Recebidos - Saldo Siafem R\$1.137.994,55, em observância ao Princípio Contábil da Prudência.

9 - As diferenças de 1.091.955,06 e 1.115.138,78 na linha "Demais Haveres Financeiros" nas Colunas "Até o 1º Quadrimestre" e "Até o Segundo Quadrimestre" respectivamente, da Dívida Consolidada em relação ao constante no demonstrativos da Dívida Consolidada Líquida publicados referentes aos aludidos períodos, referem-se a:

Contas Contábeis	Saldo Até 1º Quadrimestre	Saldo Até 2º Quadrimestre
Inclusão - Conta Contábil 113410101 - Pagamentos Indevidos	109.379,38	109.379,38
Exclusão - Conta Contábil 113410101-Outras Resp. por Danos ao Patrimônio	-711,35	-711,35
Exclusão - Conta Contábil 113510300 - Mandatos de Sequestro Aguardando Regularização	-47.628,54	-70.812,26
Exclusão - Conta Contábil 113510500 - Depósitos para Recursos Saldo SIAFEM	-15.000,00	-15.000,00
Exclusão - Conta Contábil 113511000 - Depósitos Judiciais Recebidos - Saldo SIAFEM	-1.137.994,55	-1.137.994,55
Total	-1.091.955,06	-1.115.138,78

10 - Na linha "(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)", os valores estão apurados por meio da metodologia: Contas contábeis 6321 - Restos a Pagar Processados a Pagar + 63131 - Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar (-) Consignatários oriundos do SIAFEM = (21881018 + 21881019 + 213111000 - 218810199). Tal metodologia ocasionou a diferença R\$ 18.812.059,13 na coluna "Saldo do Exercício Anterior" em relação ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao 3º Quadrimestre de 2013.

11 - A diferença de R\$ 240.013,21 na linha "(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)" na coluna "Até o 1º Quadrimestre" em relação ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao 1º Quadrimestre de 2014 é em virtude do cômputo da conta contábil 213111000 - Retenção Contratual - Exercícios Anteriores - Saldo SIAFEM" entre as deduções referentes às consignações no presente Demonstrativo.

12 - Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 5ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e decorrentes de outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial. Esta metodologia ocasionou divergência de R\$ 120.757.272,69 (Saldo do Exercício Anterior); 271.226.710,87 (Até o 1º Quadrimestre/2014) e 511.365,04 (Até o 2º Quadrimestre/2014) em relação ao constante nos demonstrativos publicados referentes aos aludidos períodos.

13 - Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC" não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.

14 - A diferença de R\$ 19.367.687,67 existente na linha "RP Não Processados de Exercícios Anteriores" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" em relação ao constante no Demonstrativo da Dívida Consolidada referente ao 3º Quadrimestre/2013 é em virtude dos seguintes fatores: a) R\$ 18.887.254,99 referente ao computo, no presente demonstrativo, somente dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (contas contábeis 63110000, 631200000 e 63171) em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 5ª edição; e b) Divergência de R\$ 480.432,68 referente à consolidação do Poder Judiciário, regularizada no saldo inicial de 2014.

15 - A diferença de R\$ 105.626.183,19 existente na linha "RP Não Processados de Exercícios Anteriores" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC" na coluna "até o 1º quadrimestre" em relação ao constante no Demonstrativo da Dívida Consolidada referente ao 1º Quadrimestre/2014 é em virtude do cômputo, no presente demonstrativo, somente dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar (contas contábeis 63110000, 631200000 e 631710000) em conformidade com o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 5ª edição.

16 - Em atendimento ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª edição, na linha "Investimentos", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária estão registrados os valores das contas contábeis 114000000 - Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo do RPPS e 121300000 - Investimentos e Aplicações a Longo Prazo do RPPS.

17 - A diferença de R\$ 32.371.690,89 constante na linha "Haveres Financeiros" da Dívida Previdenciária na coluna "Até o 1º Quadrimestre" em relação ao Demonstrativo da Dívida Consolidada referente ao 1º Quadrimestre/2014 é em virtude do cômputo da conta contábil "112120401 - Contribuições Sociais" no presente Demonstrativo.

18 - A diferença de R\$ 924,00 na linha "(-) Restos a Pagar Processados (exceto Precatórios)" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" da Dívida Consolidada Previdenciária em relação ao constante no demonstrativo da Dívida Consolidada referente ao 3º quadrimestre de 2013, refere-se ao cômputo no presente demonstrativo da conta contábil "631310000 - Restos a pagar não processados liquidados", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª edição.

19 - Em atendimento ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª edição, na coluna "Em 31/Dez/2013", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária, os valores referentes aos investimentos estão segregados da Disponibilidade de Caixa Bruta.

20 - Na linha "Obrigações Não Integrantes da DC" da Dívida Previdenciária, em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 5ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros, Restos a Pagar Não Processados a Liquidar e outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial. Esta metodologia ocasionou a divergência de R\$ 389.491,37 na coluna "Saldo do Exercício Anterior" e de R\$ 600.657,00 na coluna "Até o 1º Quadrimestre" em relação aos Demonstrativos da Dívida Consolidada Líquida referentes ao 3º quadrimestre de 2013 e ao 1º quadrimestre de 2014, respectivamente.

21 - Na linha "Demais Dividas" na coluna "Em 31/Dez/2014 (c)", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária, não esta sendo considerado o valor de R\$ 15.059,52 registrado nas conta contábil 211431210 - Parcelamento - PASEP, devido tal valor estar registrado na linha "Restos a Pagar Processados", por ter sido liquidado e não pago no exercício de 2014.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	-	14.924.795,13	17.109.306,09	20.594.984,50
Aval ou fiança em operações de crédito	-	14.924.795,13	17.109.306,09	20.594.984,50
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	-	14.924.795,13	17.109.306,09	20.594.984,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.561.113.114,83	11.113.552.702,67	11.545.498.467,63	11.798.288.649,28
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,13%	0,15%	0,17%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.323.444.885,26	2.444.981.594,59	2.540.009.662,88	2.595.623.502,84
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.091.100.396,74	2.200.483.435,13	2.286.008.696,59	2.336.061.152,56

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SIAFEM/GECOG/GEPOF/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- As linhas "Outras Garantias nos Termos da LRF" que compõem este demonstrativo, incluem garantias concedidas por meio de Fundos;

2 - Na elaboração deste demonstrativo não estão sendo considerados os valores a seguir como Contragarantia Recebida, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo). São eles:

Conta Contábil	Posição-Dezembro de 2013	Conta Contábil	Posição- Dezembro de 2014
199520201 - Fiança Recebida no País	42.080.370,36	711110102 - Fiança	42.591.372,05
199550101 - Seguro Recebido no País	48.931.744,70	711110105 - Seguros	108.535.372,80
199580201 - Títulos Públicos Recebido no País	127.450,15	711110108 - Títulos Públicos	127.450,15

.3 - O demonstrativo não considera o valor de R\$ 27.615,52 constante na conta contábil "712110110 - Contra Garantias - Parcerias Públicos Privadas (PPP)"

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	206.131.465,33	755.466.815,45
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	206.131.465,33	755.466.815,45
Interna	97.282.354,44	595.773.635,42
Abertura de Crédito	97.282.354,44	595.773.635,42
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	108.849.110,89	159.693.180,03
Abertura de Crédito	108.849.110,89	159.693.180,03
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	23.391.882,26	99.885.878,82
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	2.613.895,18	11.621.338,74
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito não Sujeitas ao Limite	20.777.987,08	88.264.540,08

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.798.288.649,28	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	755.466.815,45	6,40%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	1.887.726.183,88	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.698.953.565,50	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	825.880.205,45	7,00%

TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	855.352.694,27	7,25%
---	----------------	-------

FONTE: SIGEFES/GECOG/GEPOF/SEFAZ

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Na linha "Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial" está registrado o montante dos ingressos ocorridos no exercício de 2014 referentes à Operação de Crédito BID-PROFAZ.

2 - Na linha "Outras Operações de Crédito não Sujeitas a Limite" está registrado o montante dos ingressos ocorridos no exercício de 2014 referentes à Operação de Crédito PROINVESTE-FINISA, contratada nos termos do art. 9-N da Resolução CNM nº 2.827, de 30 de março de 2001.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

* Republicação do Anexo V do Relatório de Gestão Fiscal divulgado em 27 de fevereiro de 2015, em razão da atualização do quadro de despesas sem empenho do exercício de 2014 elaborado pela SECONT (Posição 03/09/2015)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	2ª Republicação RS
			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	44.668.244,67	17.692.124,88	26.976.119,79
04 - Ações e Serviços de Saúde	80.963.345,37	71.922.430,42	9.040.914,95
13 - FUNDEB - 60%	18.641.980,64	18.641.980,64	-
14 - FUNDEB - 40%	19.852.726,51	13.891.330,35	5.961.396,16
15 - Alienação de Bens	13.973.102,84	-	13.973.102,84
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação	37.505.687,61	16.636.976,64	20.868.710,97
32 - Cota-Parte Federal do Salário Educação	6.167,18	-	6.167,18
33 - Convênios - União	82.416.084,30	4.733.250,39	77.682.833,91
34 - Incentivo SUS - União	43.610.064,63	3.277.032,64	40.333.031,99
35 - SUS - Produção	59.105.791,28	12.941.580,56	46.164.210,72
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	8.348.462,24	8.342.191,79	6.270,45
38 - FUNDAP	1.075.149,66	1.075.149,66	-
39 - Doações	853.780,25	56,16	853.724,09
41 - Convênios com Órgãos não Federais	179.253,12	-	179.253,12
42 - Operações de Crédito Internas	424.610.515,75	15.695.499,53	408.915.016,22
43 - Operações de Crédito Externas	65.425.316,03	180.222,83	65.245.093,20
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	328.753,25	-	328.753,25
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	15.451.749,67	1.218.244,50	14.233.505,17
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE	50.544,52	-	50.544,52
49 - Programa Brasil Alfabetizado	2.666.786,36	-	2.666.786,36
54 - CIDE	168.028,38	-	168.028,38
55 - Transferências ao FUNSEFAZ	143.291,36	-	143.291,36
57 - Incentivo SUAS - União	4.199.593,22	53.098,40	4.146.494,82
59 - Transferências Financeiras a Fundos	189.677.109,58	5.207.018,95	184.470.090,63
61 - FUNCOP	114.691,50	-	114.691,50
63 - Recursos Lei Pelé	2.520.849,89	66.918,59	2.453.931,30
65 - PRONAT	6.427.424,43	-	6.427.424,43
66 - Plano de Ações Articuladas - PAR	1.563.332,69	-	1.563.332,69
67 - Transferências Obrigatórias para Ações de Defesa Civil	12.376.889,99	-	12.376.889,99
68 - Programa Pró Jovem - Campo Saberes da Terra	744.201,22	-	744.201,22
72 - Convênios com Órgãos Federais	59.990.852,48	766.698,22	59.224.154,26
73 - Convênios com Órgãos não Federais	351.027,91	31,52	350.996,39
74 - Transferências de Instituições Privadas	19.566.858,98	-	19.566.858,98
00 - Cauções e Valores Restitíveis	27.426.331,46	27.426.331,46	-
Valores Vinculados a Precatórios e Penas Pecuniárias	235.444.361,48	235.444.361,48	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.480.448.390,45	455.212.549,61	1.025.235.840,84
01 - Recursos Ordinários	630.014.782,11	184.464.219,76	445.550.562,35
12 - Superávit Financeiro - dec. 2829-I de 17/08/11	18.601.036,90	843.753,06	17.757.283,84
71 - Arrecadado pelo Órgão (Exceção RPPS)	381.325.666,41	19.034.120,06	362.291.546,35
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.029.941.485,42	204.342.092,88	825.599.392,54
TOTAL (III) = (I + II)	2.510.389.875,87	659.554.642,49	1.850.835.233,38
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	1.430.433.479,35	2.516.433,38	1.427.917.045,97
Cauções e Valores Restitíveis	82.936,98	82.936,98	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (RPPS)	1.430.350.542,37	2.433.496,40	1.427.917.045,97

*A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Toda e qualquer execução de despesa, em não havendo o empenho prévio, implica afronta direta ao art. 60 da Lei 4.320/64, comprometendo, direta ou indiretamente, o pleno cumprimento do art. 42 da LC 101/2000 (LRF), considerando que os gastos correspondentes deverão ser pagos à conta do Orçamento corrente, sob a forma de "despesas de exercícios anteriores", em processo de reconhecimento de dívida ou processo judicial, onerando o respectivo orçamento. Na apuração da "Disponibilidade de Caixa Líquida" deste Anexo, não foram computadas as despesas realizadas sem prévio empenho, cujo levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT, em cumprimento à Portaria SECONT nº 001-R, de 09 de janeiro de 2015, apontou o montante de R\$ 307.307.630,04, conforme detalhamento por fonte de recursos abaixo:

Recursos Não Empenhados com ou sem Sufficiência Financeira, em afronta ao art. 60 da Lei nº 4.320/64 e, direta ou indiretamente, ao art. 42 da LRF	Valores de despesa sem empenho em R\$
101- Recursos Ordinários	128.941.548,09
102 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.963.130,82
104 - Ações e Serviços de Saúde	119.177.959,69
133 - Convênios - União	207.358,00
135 - SUS - Produção	50.934.919,81
142 - Operações de Crédito Internas	239.343,06
271 - Arrecadado pelo Órgão	2.253.339,55
359 - Transferências Financeiras a Fundos (Superávit Financeiro)	88,60
671 - Arrecadado pelo Órgão (Superávit Financeiro)	16.348,97
331 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação (Superávit Financeiro)	519.493,12
333 - Convênios com a União (Superávit Financeiro)	297.873,46
101 e 133 - Convênios com a União	75.763,40
101/271 - Arrecadado pelo Órgão	74.223,63
131 - Cota - Parte do Salário Educação	545.858,06
4301 - Recursos Destinados a Contrapartidas (Ordinários)	43.724,54
Não Informada	1.016.657,24
TOTAL	307.307.630,04

2 - O objetivo da regra insculpada no art. 42 da LRF é evitar que, nos últimos 2 quadrimestres do último ano de mandato, o gestor onere o orçamento do exercício corrente sem suficiente lastro financeiro, de forma que a assunção de obrigações, desacompanhada da devida execução orçamentária e de disponibilidades financeiras suficientes para sua quitação, fere o disposto no referido artigo. Logo, a Disponibilidade de Caixa Líquida Final com Recursos Ordinários do Poder Executivo, após a inscrição dos restos a pagar não processados de 2014 e a dedução das despesas sem prévio empenho referentes aos valores especificadas na tabela, totalizam o déficit de R\$ 51.374.740,78 conforme demonstrado abaixo:

Especificação	Valor (Em R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Consolidado - Recursos Ordinários	630.014.782,11
(-) Obrigações Financeiras - Consolidado - Recursos Ordinários	184.464.219,76
= Disponibilidade de Caixa Líquida - Consolidado - Recursos Ordinários	445.550.562,35
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2014 - Consolidado - Recursos Ordinários	104.425.421,61
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2014 - FTE 0104 e FTE 0135	11.244.256,78
(-) Disponibilidade de Caixa Líquida dos Restos a Pagar Não Processados - Outros Poderes (ALES, TCES, MPES e TJES) - Rec. Ord.	136.195.954,01
(-) Valores com insuficiência financeira em conta vinculada e correndo à conta de recursos ordinários - Cx Tes., Conv. Cx Tes., Contrap. Ord., 101/271 e Fte Não Informada	130.151.916,90
(-) Valores com insuficiência financeira em conta vinculada e correndo à conta de recursos ordinários - Ações e Serviços de Saúde	110.137.044,74
(-) Valores com insuficiência financeira em conta vinculada e correndo à conta de recursos ordinários - SUS Produção	4.770.709,09
= Disponibilidade de Caixa Líquida Final - Poder Executivo	-51.374.740,78

- 3 - Para fins de apuração da Disponibilidade de Caixa Líquida Final com Recursos Ordinários, no quadro constante da nota explicativa 2, também foram deduzidos da Disponibilidade de Caixa Bruta correspondente os valores de despesas sem prévio empenho de R\$ 128.941.548,09 ("01 - Recursos Ordinários"), R\$ 75.763,40 ("01 e 133 - Convênios com a União"), R\$ 74.223,63 ("01/271 - Arrecadado pelo Órgão"), R\$ 43.724,54 ("4301 - Recursos Destinados a Contrapartidas - Ordinários) e R\$ 1.016.657,24 ("Fonte Não Informada").
- 4 - Ao considerar as obrigações não contabilizadas (despesas sem empenho), as fontes de saúde 0104 e 0135 deixam de apresentar disponibilidade de caixa suficiente para inscrição de restos a pagar não processados.
- 5 - A disponibilidade de caixa líquida das autarquias (exceto RPPS) é de livre aplicação tão somente dentro da sua esfera de competência, em razão da sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária, portanto para uso no exercício de suas atividades específicas.
- 6 - Na disponibilidade de caixa bruta da fonte "01 - Recursos Ordinários", estão sendo computados os recursos da referida fonte concedidos como contrapartida de empréstimos e convênios, no montante de R\$ 33.213.893,77, já segregados por "identificador de uso".
- 7 - Com base no quadro constante da nota explicativa 2, a disponibilidade de caixa atualizada nas fontes 01, 04 e 35 do Poder Executivo passa a ser demonstrada conforme abaixo:

Destinação de Recursos por fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c)	Despesas 2014 s/ empenho (d)	RAP não Proc. 2014 Inscrito (e)	Disponib. Caixa Final (f)
04 - Ações e Serviços de Saúde	80.963.345,37	71.922.430,42	9.040.914,95	119.177.959,69	546.551,27	-110.683.596,01
35 - SUS - Produção	59.105.791,28	12.941.580,56	46.164.210,72	50.934.919,81	10.697.705,51	-15.468.414,60
01 - Recursos Ordinários	472.865.740,17	178.865.813,86	293.999.926,31	130.151.916,90	89.070.739,58	74.777.269,83
TOTAL	612.934.876,82	263.729.824,84	349.205.051,98	300.264.796,40	100.314.996,36	-51.374.740,78

- 8 - Para fins de consolidação do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa da Assembleia Legislativa (ALES) foram realizados os seguintes ajustes:
- a) Cômputo do montante de R\$ 27.980,44 na linha "00 - Cauções e Valor Restituíveis" nas colunas "Disponibilidade de Caixa Bruta (a)" e "Obrigações Financeiras (b)".
- b) Não cômputo do montante de R\$ 7.880,20 na linha "01 - Recursos Ordinários" na coluna "Obrigações Financeiras (b)" em virtude de tal montante referir-se a Restos a Pagar Não Processados inscritos em 2014.
- c) Realocação do montante de R\$ 303,70 registrado na conta contábil 218810408 (UG 010101) da linha "01 - Recursos Ordinários" para a linha "00-Cauções e Valores Restituíveis" nas colunas "Disponibilidade de Caixa Bruta (a)" e "Obrigações Financeiras (b)".
- 9 - Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta (a)" (UG 050101) - linha "01- Recursos Ordinários", foi acrescido o valor de R\$ 200,00, relativo à contabilização de Guia de Recolhimento (GR), lançado em fonte de recurso 71 quando deveria ter sido lançada na fonte de recurso 01.
- 10 - Na linha "Valores Vinculados a Precatórios e Penas Pecuniárias" estão demonstrados os valores pertinentes às UG's 700101, 700102, 700103 e 700104 de gestão do Poder Judiciário.
- 11 - Conforme metodologia adotada pelo Poder Judiciário, na coluna "Obrigações Financeiras (b)" - linha "01 - Recursos Ordinários" está sendo computado o montante de R\$ 1.003.496,54 registrado na conta contábil "218911700 - Convênios a Executar TJES".

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO*
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

* Republicação do Anexo V do Relatório de Gestão Fiscal divulgado em 30 de janeiro de 2015, em razão da atualização do quadro de despesas sem empenho do exercício de 2014 elaborado pela SECONT (Posição 03/09/2015).

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")				2ª Republicação
				R\$
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)	
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	44.668.244,67	17.692.124,88	26.976.119,79	
04 - Ações e Serviços de Saúde	80.963.345,37	71.922.430,42	9.040.914,95	
13 - FUNDEB - 60%	18.641.980,64	18.641.980,64	-	
14 - FUNDEB - 40%	19.852.726,51	13.891.330,35	5.961.396,16	
15 - Alienação de Bens	13.973.102,84	-	13.973.102,84	
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação	37.505.687,61	16.636.976,64	20.868.710,97	
32 - Cota-Parte Federal do Salário Educação	6.187,18	-	6.187,18	
33 - Convênios - União	82.416.084,30	4.733.250,39	77.682.833,91	
34 - Incentivo SUS - União	43.610.064,63	3.277.032,64	40.333.031,99	
35 - SUS - Produção	59.105.791,28	12.941.580,56	46.164.210,72	
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	8.348.462,24	8.342.191,79	6.270,45	
38 - FUNDAP	1.075.149,66	1.075.149,66	-	
39 - Doações	853.780,25	56,16	853.724,09	
41 - Convênios com Órgãos não Federais	179.253,12	-	179.253,12	
42 - Operações de Crédito Internas	424.610.515,75	15.695.499,53	408.915.016,22	
43 - Operações de Crédito Externas	65.425.316,03	180.222,83	65.245.093,20	
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	328.753,25	-	328.753,25	
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	15.451.749,67	1.218.244,50	14.233.505,17	
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE	50.544,52	-	50.544,52	
49 - Programa Brasil Alfabetizado	2.666.786,36	-	2.666.786,36	
54 - CIDE	168.028,38	-	168.028,38	
55 - Transferências ao FUNSEFAZ	143.291,36	-	143.291,36	
57 - Incentivo SUAS - União	4.199.593,22	53.098,40	4.146.494,82	
59 - Transferências Financeiras a Fundos	189.677.109,58	5.207.018,95	184.470.090,63	
61 - FUNCOP	114.691,50	-	114.691,50	
63 - Recursos Lei Pelé	2.520.849,89	66.918,59	2.453.931,30	
65 - PRONAT	6.427.424,43	-	6.427.424,43	
66 - Plano de Ações Articuladas - PAR	1.563.332,69	-	1.563.332,69	
67 - Transferências Obrigatórias para Ações de Defesa Civil	12.376.889,99	-	12.376.889,99	
68 - Programa Pró Jovem - Campo Saberes da Terra	744.201,22	-	744.201,22	
72 - Convênios com Órgãos Federais	59.990.852,48	766.698,22	59.224.154,26	
73 - Convênios com Órgãos não Federais	351.027,91	31,52	350.996,39	
74 - Transferências de Instituições Privadas	19.566.858,98	-	19.566.858,98	
Cauções e e Valores Restituíveis	19.228.546,64	19.228.546,64	-	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.236.806.224,15	211.570.383,31	1.025.235.840,84	
01 - Recursos Ordinários	472.865.740,17	178.865.813,86	293.999.926,31	
12 - Superávit Financeiro – Decreto 2829-r de 17/08/11	18.601.036,90	843.753,06	17.757.283,84	
71 - Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)	212.265.903,56	18.349.919,04	193.915.984,52	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	703.732.680,63	198.059.485,96	505.673.194,67	
TOTAL (III) = (I + II)	1.940.538.904,78	409.629.869,27	1.530.909.035,51	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	1.430.433.479,35	2.516.433,38	1.427.917.045,97	
Cauções e Valores Restituíveis	82.936,98	-	82.936,98	
71 - Arrecadado pelo Órgão (RPPS)	1.430.350.542,37	2.433.496,40	1.427.917.045,97	
FONTE: SIGEFES/GECOS/SEFAZ				
*A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.				

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Toda e qualquer execução de despesa, em não havendo o empenho prévio, implica afronta direta ao art. 60 da Lei 4.320/64, comprometendo, direta ou indiretamente, o pleno cumprimento do art. 42 da LC 101/2000 (LRF), considerando que os gastos correspondentes deverão ser pagos à conta do Orçamento corrente, sob a forma de "despesas de exercícios anteriores", em processo de reconhecimento de dívida ou processo judicial, onerando o respectivo orçamento. Na apuração da "Disponibilidade de Caixa Líquida" deste Anexo, não foram computadas as despesas realizadas sem prévio empenho, cujo levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT, em cumprimento à Portaria SECONT nº 001-R, de 09 de janeiro de 2015, apontou o montante de R\$ 307.307.630,04, conforme detalhamento por fonte de recursos abaixo:

Recursos Não Empenhados com ou sem Suficiência Financeira, em afronta ao art. 60 da Lei nº 4.320/64 e, direta ou indiretamente, ao art. 42 da LRF	Valores de despesa sem empenho em R\$
101- Recursos Ordinários	128.941.548,09
102 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.963.130,82
104 - Ações e Serviços de Saúde	119.177.959,69
133 - Convênios - União	207.358,00
135 - SUS - Produção	50.934.919,81
142 - Operações de Crédito Internas	239.343,06
271 - Arrecadado pelo Órgão	2.253.339,55
359 - Transferências Financeiras a Fundos (Superávit Financeiro)	88,60
671 - Arrecadado pelo Órgão (Superávit Financeiro)	16.348,97
331 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação (Superávit Financeiro)	519.493,12
333 - Convênios com a União (Superávit Financeiro)	297.873,46
101 e 133 - Convênios com a União	75.763,40
101/271 - Arrecadado pelo Órgão	74.223,63
131 - Cota - Parte do Salário Educação	545.858,06
4301 - Recursos Destinados a Contrapartidas (Ordinários)	43.724,54
Não Informada	1.016.657,24
TOTAL	307.307.630,04

2 - O objetivo da regra insculpida no art. 42 da LRF é evitar que, nos últimos 2 quadrimestres do último ano de mandato, o gestor onere o orçamento do exercício corrente sem suficiente lastro financeiro, de forma que a assunção de obrigações, desacompanhada da devida execução orçamentária e de disponibilidades financeiras suficientes para sua quitação, fere o disposto no referido artigo. Logo, a Disponibilidade de Caixa Líquida Final com Recursos Ordinários, após a inscrição dos restos a pagar não processados de 2014 e a dedução das despesas sem prévio empenho referentes aos valores especificadas na tabela, totalizam o déficit de R\$ 51.374.740,78 conforme demonstrado abaixo:

Especificação	Valor (Em R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Recursos Ordinários	472.865.740,17
(-) Obrigações Financeiras - Recursos Ordinários	178.865.813,86
= Disponibilidade de Caixa Líquida - Recursos Ordinários	293.999.926,31
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2014 - Recursos Ordinários	89.070.739,58
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2014 - FTE 0104 e FTE 0135	11.244.256,78
(-) Valores com insuficiência financeira em conta vinculada e correndo à conta de recursos ordinários - Cx Tes., Conv. Cx Tes., Contrap. Ord., 101/271 e Fie Não Informada	130.151.916,90
(-) Valores com insuficiência financeira em conta vinculada e correndo à conta de recursos ordinários - Ações e Serviços de Saúde - FTE 0104	110.137.044,74
(-) Valores com insuficiência financeira em conta vinculada e correndo à conta de recursos ordinários - SUS Produção - FTE 0135	4.770.709,09
= Disponibilidade de Caixa Líquida Final - Recursos Ordinários	- 51.374.740,78

3 - Para fins de apuração da Disponibilidade de Caixa Líquida Final com Recursos Ordinários, no quadro constante da nota explicativa 2, também foram deduzidos da Disponibilidade de Caixa Bruta correspondente os valores de despesas sem prévio empenho de R\$ 128.941.548,09 ("101 - Recursos Ordinários"), R\$ 75.763,40 ("101 e 133 - Convênios com a União"), R\$ 74.223,63 ("101/271 - Arrecadado pelo Órgão"), R\$ 43.724,54 ("4301 - Recursos Destinados a Contrapartidas - Ordinários) e R\$ 1.016.657,24 ("Fonte Não Informada").

4 - Ao considerar as obrigações não contabilizadas (despesas sem empenho), as fontes de saúde 0104 e 0135 deixam de apresentar disponibilidade de caixa suficiente para inscrição de restos a pagar não processados.

5 - A disponibilidade de caixa líquida das autarquias (exceto RPPS) é de livre aplicação tão somente dentro da sua esfera de competência, em razão da sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária, portanto para uso no exercício de suas atividades específicas.

6 - Na disponibilidade de caixa bruta da fonte "01 - Recursos Ordinários", estão sendo computados os recursos da referida fonte concedidos como contrapartida de empréstimos e convênios, no montante de R\$ 33.213.893,77, já segregados por "identificador de uso".

7 - Com base no quadro constante da nota explicativa 2, a disponibilidade de caixa atualizada nas fontes 01, 04 e 35 pode ser demonstrada conforme abaixo:

Destinação de Recursos por fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c)	Despesas 2014 s/ empenho (d)	RAP não Proc. 2014 Inscrito (e)	Disponib. Caixa Final (f)
04 - Ações e Serviços de Saúde	80.963.345,37	71.922.430,42	9.040.914,95	119.177.959,69	546.551,27	-110.683.596,01
35 - SUS - Produção	59.105.791,28	12.941.580,56	46.164.210,72	50.934.919,81	10.697.705,51	-15.468.414,60
01 - Recursos Ordinários	472.865.740,17	178.865.813,86	293.999.926,31	130.151.916,90	89.070.739,58	74.777.269,83
TOTAL	612.934.876,82	263.729.824,84	349.205.051,98	300.264.796,40	100.314.996,36	-51.374.740,78

8 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 5ª Edição, na Coluna "Obrigações Financeiras (b)" do presente Anexo não estão incluídos os Restos a Pagar Não Processados inscritos no Exercício de 2014.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.121.506,26	11.933.179,56	-	-	26.976.119,79	-
04 - Ações e Serviços de Saúde	2.014.434,92	61.093.646,26	-	546.551,27	9.040.914,95	-
13 - FUNDEB - 60%	6.781.691,14	8.981.573,02	-	-	-	-
14 - FUNDEB - 40%	325.135,17	10.013.433,47	-	-	5.961.396,16	-
15 - Alienação de Bens	-	-	-	-	13.973.102,84	-
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação	676.683,25	15.856.082,20	-	1.886.737,78	20.868.710,97	-
32 - Cota-Parte Federal do Salário Educação	-	-	-	-	6.187,18	-
33 - Convênios - União	888.644,79	3.813.827,33	-	9.701.554,73	77.682.833,91	-
34 - Incentivo SUS - União	13.643,85	3.242.139,27	-	2.613.083,08	40.333.031,99	-
35 - SUS - Produção	982.209,19	11.870.160,50	1,19	10.697.705,51	46.164.210,72	-
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	-	-	-	-	6.270,45	-
38 - FUNDAP	1.075.149,66	-	-	-	-	-
39 - Doações	-	-	-	771.349,46	853.724,09	-
41 - Convênios com Órgãos não Federais	-	-	-	-	179.253,12	-
42 - Operações de Crédito Internas	168.831,80	14.904.126,53	-	39.585.653,76	408.915.016,22	-
43 - Operações de Crédito Externas	-	179.353,78	-	12.927.029,10	65.245.093,20	-
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	-	-	-	-	328.753,25	-
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	71.564,13	1.146.680,37	-	-	14.233.505,17	-
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE	-	-	-	-	50.544,52	-
49 - Programa Brasil Alfabetizado	-	-	-	-	2.666.786,36	-
54 - CIDE	-	-	-	-	168.028,38	-
55 - Transferências ao FUNSEFAZ	-	-	-	-	143.291,36	-
57 - Incentivo SUAS - União	3.302,20	49.796,20	-	61.905,64	4.146.494,82	-
59 - Transferências Financeiras a Fundos	1.906.412,93	2.571.319,53	-	13.704.474,35	184.470.090,63	-
61 - FUNCOP	-	-	-	-	114.691,50	-
63 - Recursos Lei Pelé	66.745,79	-	172,80	3.424,65	2.453.931,30	-
65 - PRONAT	-	-	-	-	6.427.424,43	-
66 - Plano de Ações Articuladas - PAR	-	-	-	-	1.563.332,69	-
67 - Transferências Obrigatórias para Ações de Defesa Civil	-	-	-	-	12.376.889,99	-
68 - Programa Pró Jovem - Campo Saberes da Terra	-	-	-	-	744.201,22	-
72 - Convênios com Órgãos Federais	68.449,92	684.489,97	-	4.575.842,32	59.224.154,26	-
73 - Convênios com Órgãos não Federais	31,52	-	-	-	350.996,39	-
74 - Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	182.183,77	19.566.858,98	-
00 -Cauções e Valores Restituíveis	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados a Precatórios e Penas Pecuniárias	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	17.164.436,52	146.339.807,99	173,99	97.257.495,42	1.025.235.840,84	-
01 - Recursos Ordinários	27.648.096,78	40.095.915,60	3.048.156,50	104.425.421,61	445.550.562,35	-
12 - Superávit Financeiro – dec. 2829-r de 17/08/11	55.210,56	788.542,50	-	2.027.969,73	17.757.283,84	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)	2.431.618,98	9.228.483,45	58.363,37	69.359.366,31	362.291.546,35	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	30.134.926,32	50.112.941,55	3.106.519,87	175.812.757,65	825.599.392,54	-
TOTAL (III) = (I + II)	47.299.362,84	196.452.749,54	3.106.693,86	273.070.253,07	1.850.835.233,38	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	72.667,95	97.573,54	-	4.545.459,71	1.427.917.045,97	-
Cauções e Valores Restituíveis	-	-	-	-	-	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (RPPS)	72.667,95	97.573,54	-	4.545.459,71	1.427.917.045,97	-

FONTE: SIGEFES/GECOG/SEFAZ

¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - A disponibilidade de caixa líquida do Poder Executivo na fonte "01 - Recursos Ordinários", após a inscrição dos Restos a Pagar não Processados do Exercício de 2014, é de R\$ 204.929.186,73.

2 - Na apuração das disponibilidades de caixa líquidas do Poder Executivo não foram computadas as despesas realizadas sem prévio empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária, cujo levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), em cumprimento à Portaria SECONT nº 001-R, de 09 de janeiro de 2015, apontou o montante de R\$ 295.965.945,62, conforme detalhamento por fonte de recursos abaixo:

Fonte:	Valores de despesa sem empenho em R\$
Caixa Tesouro	41.613.997,07
Caixa Tesouro / Rec. Próprios (0271)	552.213,02
Convênios (Caixa Tesouro) ¹	91.053.944,64
Convênio com a União (0133)	14.520,00
0142-9 (BNDES / Transcol IV)	415.000,00
MDE / FUNDEB	5.486.730,10
FTE 0135	55.782.361,32
FTE 0104	99.177.182,92
Rec. Próprios (0271)	795.502,92
671 - Sup. Financeiro - Arrec. pelo Órgão	270.000,00
Fonte de recurso não informada	804.494,63
TOTAL	295.965.946,62

Fonte: Anexo I da Portaria SECONT 001/2015 encaminhados em meio eletrônico pelas Unidades Gestoras.

(Continua)

3- Os valores referentes aos Restos a Pagar foram apurados mediante a seguinte metodologia:

Restos a Pagar	Conta Contábil
Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores	632110000 + 631300000
Liquidados e Não Pagos - Do Exercício	622130300
Empenhados e Não Liquidados - De Exercícios Anteriores	631100000 + 631200000
Empenhados e Não Liquidados - Do Exercício	622130100 + 622130200

4 - Para fins de consolidação do Demonstrativo dos Restos a Pagar do Tribunal de Contas, na coluna "Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores" - linha "01 - Recursos Ordinários" está sendo considerado o montante de R\$ 36.464,09

5 - Para fins de consolidação do Demonstrativo dos Restos a Pagar do Poder Judiciário, o montante de R\$ 49.570,27 foi reclassificado da coluna "Liquidados e Não Pagos - de Exercícios Anteriores" para a coluna "Empenhados e Não Liquidados - de Exercícios Anteriores", em virtude de tal montante estar registrado na conta contábil "631200000-Restos a Pagar Não Processados em Liquidação".

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.121.506,26	11.933.179,56	-	-	26.976.119,79	-
04 - Ações e Serviços de Saúde	2.014.434,92	61.093.646,26	-	546.551,27	9.040.914,95	-
13 - FUNDEB - 60%	6.781.691,14	8.981.573,02	-	-	-	-
14 - FUNDEB - 40%	325.135,17	10.013.433,47	-	-	5.961.396,16	-
15 - Alienação de Bens	-	-	-	-	13.973.102,84	-
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação	667.483,07	15.856.082,20	9.200,18	1.886.737,78	20.868.710,97	-
32 - Cota-Parte Federal do Salário Educação	-	-	-	-	6.187,18	-
33 - Convênios - União	19.030,66	3.813.827,33	869.614,13	9.701.554,73	77.682.833,91	-
34 - Incentivo SUS - União	13.624,34	3.242.139,27	19,51	2.613.083,08	40.333.031,99	-
35 - SUS - Produção	907.680,50	11.870.160,50	74.529,88	10.697.705,51	46.164.210,72	-
36 - Transferências Constitucionais a Municípios	-	-	-	-	6.270,45	-
38 - FUNDAF	1.075.149,66	-	-	-	-	-
39 - Doações	-	-	-	771.349,46	853.724,09	-
41 - Convênios com Órgãos não Federais	-	-	-	-	179.253,12	-
42 - Operações de Crédito Internas	167.663,22	14.904.126,53	1.168,58	39.585.653,76	408.915.016,22	-
43 - Operações de Crédito Externas	-	179.353,78	-	12.927.029,10	65.245.093,20	-
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	-	-	-	-	328.753,25	-
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	71.564,13	1.146.680,37	-	-	14.233.505,17	-
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE	-	-	-	-	50.544,52	-
49 - Programa Brasil Alfabetizado	-	-	-	-	2.666.786,36	-
54 - CIDE	-	-	-	-	168.028,38	-
55 - Transferências ao FUNSEFAZ	-	-	-	-	143.291,36	-
57 - Incentivo SUAS - União	3.302,20	49.796,20	-	61.905,64	4.146.494,82	-
59 - Transferências Financeiras a Fundos	1.364.346,02	2.571.319,53	542.066,91	13.704.474,35	184.470.090,63	-
61 - FUNCOP	-	-	-	-	114.691,50	-
63 - Recursos Lei Pelé	66.745,79	-	172,80	3.424,65	2.453.931,30	-
65 - PRONAT	-	-	-	-	6.427.424,43	-
66 - Plano de Ações Articuladas - PAR	-	-	-	-	1.563.332,69	-
67 - Transferências Obrigatórias para Ações de Defesa Civil	-	-	-	-	12.376.889,99	-
68 - Programa Pró Jovem - Campo Saberes da Terra	-	-	-	-	744.201,22	-
72 - Convênios com Órgãos Federais	58.007,69	684.489,97	10.442,23	4.575.842,32	59.224.154,26	-
73 - Convênios com Órgãos não Federais	31,52	-	-	-	350.996,39	-
74 - Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	182.183,77	19.566.858,98	-
Cauções e Valores Restituíveis	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	15.657.396,29	146.339.807,99	1.507.214,22	97.257.495,42	1.025.235.840,84	-
01 - Recursos Ordinários	14.015.263,19	38.855.241,17	13.847.261,45	89.070.739,58	293.999.926,31	-
12 - Superávit Financeiro – dec. 2829-r de 17/08/11	55.210,56	788.542,50	-	2.027.969,73	17.757.283,84	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)	197.590,73	9.093.301,92	1.748.428,82	32.919.849,75	193.915.984,52	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	14.268.064,48	48.737.085,59	15.595.690,27	124.018.559,06	505.673.194,67	-
TOTAL (III) = (I + II)	29.925.460,77	195.076.893,58	17.102.904,49	221.276.054,48	1.530.909.035,51	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	72.667,95	97.573,54	-	4.545.459,71	1.427.917.045,97	-
Cauções e Valores Restituíveis	-	-	-	-	-	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (RPPS)	72.667,95	97.573,54	-	4.545.459,71	1.427.917.045,97	-

FONTE: SIGEFES/GECON/SEFAZ

¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - A disponibilidade de caixa líquida na fonte "01 - Recursos Ordinários", após a inscrição dos Restos a Pagar não Processados do Exercício de 2014, é de R\$ **204.929.186,73**.

2 - Na apuração das disponibilidades de caixa líquidas não foram computadas as despesas realizadas sem prévio empenho ou com insuficiência de dotação orçamentária, cujo levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência (SECONT), em cumprimento à Portaria SECONT nº 001-R, de 09 de janeiro de 2015, apontou o montante de R\$ **295.965.945,62**, conforme detalhamento por fonte de recursos abaixo:

Fonte:	Valores de despesa sem empenho em R\$
Caixa Tesouro	41.613.997,07
Caixa Tesouro / Rec. Próprios (0271)	552.213,02
Convênios (Caixa Tesouro) ²	91.053.944,64
Convênio com a União (0133)	14.520,00
0142-9 (BNDES / Transcol IV)	415.000,00
MDE / FUNDEB	5.486.730,10
FTE 0135	55.782.361,32
FTE 0104	99.177.182,92
Rec. Próprios (0271)	795.502,92
671 - Sup. Financeiro - Arrec. pelo Órgão	270.000,00
Fonte de recurso não informada	804.494,63
TOTAL	295.965.946,62

Fonte: Anexo I da Portaria SECONT 001/2015 encaminhados em meio eletrônico pelas Unidades Gestoras.

(Continua)

3- Os valores referentes aos Restos a Pagar foram apurados mediante a seguinte metodologia:

Restos a Pagar	Conta Contábil
Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores	632110000
Liquidados e Não Pagos - Do Exercício	622130300
Empenhados e Não Liquidados - De Exercícios Anteriores	631100000 +
	631200000 +
	631300000
Empenhados e Não Liquidados - Do Exercício	622130100 +
	622130200

4- Dados sujeitos a alterações devido a ajustes contábeis em decorrência do encerramento do Balanço Geral do Estado relativo ao Exercício de 2014.

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ
 Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
 Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
 Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
 Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.184.318.006,01	52,42%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	7.078.973.189,57	60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%	6.725.024.530,09	57,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	3.182.321.111,88	26,97%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.596.577.298,56	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	20.594.984,50	0,17%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.595.623.502,84	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	755.466.815,45	6,40%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.887.726.183,88	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	825.880.205,45	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Total - Todos os Poderes (excluído RPPS)	273.070.253,07	1.850.835.233,38
Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)	4.545.459,71	1.427.917.045,97

FONTE: SIGEFES/GECOG/SEFAZ

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.111.649.144,92	43,33%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	5.781.161.438,15	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.492.103.366,24	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	3.182.321.111,88	26,97%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.596.577.298,56	200,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	20.594.984,50	0,17%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.595.623.502,84	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	755.466.815,45	6,40%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.887.726.183,88	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	825.880.205,45	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Total - Poder Executivo (excluído RPPS)	221.276.054,48	1.530.909.035,51
Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)	4.545.459,71	1.427.917.045,97

FONTE: SIGEFES/GECOG/SEFAZ

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado